



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

CDS / Partido Popular

N.º 247-VIII

P.º 29.82

29.83

50.04.04

Data: 22.11.2006

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhores Membros do Governo

Longe vão os tempos em que a televisão transmitia as imagens das galerias cheias de público, quando se discutiam os primeiros planos e orçamentos.

Hoje é diferente, mas não é por isso que esses documentos não são importantes para a vida dos cidadãos e para o desenvolvimento dos Açores.

Porém, a tentação a que por vezes não se resiste, de fazer de certas intervenções peças de espectáculo, acontece de qualquer forma, com géneros que poderiam ser classificados, uns de comédia, outros de drama.

Muitos são, felizmente, actos muito sérios, que transportam para aqui as rectas intenções de quem quer realizar a missão que julga competir-lhe, conforme o papel de que está incumbido.

O Governo que esteve perante nós é socialista, do qual se pode e é natural que não se goste, porque não é o da nossa cor partidária, mas que todavia é legítimo, porque resulta duma clara maioria atribuída ao Partido Socialista, nas últimas eleições.

As propostas de Plano e Orçamento que aqui nos trouxe o Governo e que temos estado a apreciar e a discutir, ao longo destes três dias, são as propostas que não podemos aspirar que sejam como as nossas. É certo que o Governo por vezes se apresenta no Parlamento com um ar de alguma arrogância, ultrapassando o orgulho natural pela obra que consideram ter realizado com sucesso.

É verdade que estes governantes, pelo menos alguns daqueles deputados e muitos dos responsáveis superiores da Administração Regional, entendem criar expectativas que reputamos demasiado altas.

Entendemos que à oposição, que não é contra poder, cabe o papel de exigir, a seu tempo, responsabilidades pelo prometido, em vez de se dar ares, por altura das promessas, de que não desejaria que se projectasse fazer tanto. Em vez de lhes dizer que não chegarão lá, talvez seja melhor encarnar, a seu tempo, o papel de fiscalização. Não se deve, a nosso ver, confundir a discussão do Plano e do Orçamento com o acompanhamento da execução material e financeira, ou com o julgamento da Conta.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

CDS / Partido Popular

Se ao Governo se quer condenar o exagero, parece-nos que a oposição não deve responder com erro idêntico.

O CDS/PP considera que, em vez de considerarmos, como alguns repetidamente o fazem, que falta um modelo de desenvolvimento regional, um rumo, uma linha de acção, uma ideia de Região e políticas efectivas, talvez fosse melhor deixar essa discussão para a próxima campanha eleitoral. É que cada partido e até cada governo tem o seu estilo e é por isso que há lugar para a alternância.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

O Governo tem um Programa que submeteu a esta Assembleia e que saiu daqui aprovado como quis, com o apoio da maioria que o suporta. Ao cumprimento integral desse Programa é que o Governo está indubitavelmente obrigado e o dever inalienável que cabe aos deputados – que deveria ser a todos – mas que a oposição tem o dever de por si só assegurar, se necessário for, é que ele se cumpra. E nem sequer as responsabilidades, que se vão empurrando para um número crescente de sociedades anónimas de capitais maioritariamente públicos, aliviam o Governo de responder perante o que nelas se passa.

O Governo assegura que tem a partir de agora meios financeiros muito mais importantes. Haverá aumento das transferências do Orçamento do Estado; é o aumento que resultará da nova lei de finanças das regiões autónomas; é a transferência extraordinária que decorre do reconhecimento da dívida; é a transferência ao abrigo do fundo de coesão; é a transferência para os encargos com a reconstrução; é o aumento das transferências da União Europeia.

Sempre segundo assegura o Governo Regional: as despesas de funcionamento terão uma taxa de crescimento claramente abaixo da inflação esperada; prevêm-se mesmo diminuições nas aquisições de bens e serviços correntes e de outras despesas correntes.

Para fechar o lote das garantias do Governo, as despesas de investimento terão um aumento de 15,9%, relativamente ao corrente ano.

O Governo Regional tem, para a execução deste Plano e deste Orçamento, meios, principalmente financeiros, como nunca teve para a execução dos anteriores. E têm levado desta Assembleia todos os instrumentos legais – nomeadamente ao nível da reestruturação da máquina administrativa regional – que tem considerado essenciais para realizar aquilo que são os seus compromissos. E também dispõe de legislação para encontrar melhores formas de realização do desenvolvimento nas chamadas ilhas da coesão, aquelas que exigem uma resposta diferenciada e específica às carências maiores que as afligem relativamente às demais.

É certo que o Governo reconhecerá que há investimentos que estão adiados há anos demais, alguns cuja necessidade já herdaram. Talvez por isso, finalmente, parece haver razões para acreditar que alguns avançarão no próximo ano.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

CDS / Partido Popular

Refiro, a título de exemplo, a construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo, uma estrutura indispensável, não apenas para a Ilha Terceira, mas para toda a Região e que já se arrastava nos Planos desde 2001. Era aliás também uma promessa da Coligação Açores, cuja realização, agora à vista, satisfaz o CDS/PP. E refiro também a remodelação indispensável da Via Rápida Angra/Praia – um eixo viário essencial à ilha Terceira – mas que o CDS/PP, nesta Assembleia, já em 1992, considerava de lentidão vergonhosa. E ainda o porto de Ponta Delgada das Flores, sucessivamente prometido ao longo de dezenas de anos, que finalmente será mais uma porta capaz para o mar, que não só servirá as pescas, como criará novas e melhores condições para as ligações ao Corvo, aproximando mais as duas ilhas ocidentais.

E regista-se, com apreço, a realização de outras obras de vulto previstas para 2007, citando, a título de exemplo, a construção da nova central termoelectrica do Corvo, ou a construção da nova torre de controlo do aeródromo, bem como o reforço do pavimento da pista e a beneficiação da aerogare. Ou também, em S. Jorge, a elaboração do projecto e o início da empreitada de ampliação e alargamento da pista. Ou ainda as SCUT que avançarão na ilha de S. Miguel.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhores Membros do Governo

O CDS/PP considera que há problemas importantes a que é indispensável dar resposta, que embora não estando estritamente no âmbito do Plano e do Orçamento, têm relação especialmente com esta última proposta, designadamente porque a respectiva solução leva a implicações de natureza financeira.

O primeiro deles respeita à desactualização das comparticipações diárias com alojamento e alimentação, devidas aos utentes e seus familiares que, por motivo de doença, necessitem de se deslocar para fora da sua ilha de residência.

Efectivamente os actuais escalões de comparticipação estão fixados pelo Governo Regional e constam da Portaria n.º 52/2004, de 1 de Julho, aprovada na sequência de uma recomendação desta Assembleia constante da Resolução 13/2003/A, aprovada por proposta dos deputados do CDS/PP.

Como as comparticipações são calculadas através de uma fórmula que tem por base o salário mínimo nacional e porque este tem tido aumentos muitos modestos, estão hoje desactualizadas.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

CDS / Partido Popular

Se há situação social que deva merecer o maior respeito e toda a possível solidariedade, é a dos doentes, particularmente quando se encontram deslocados, debilitados pela doença e fragilizados pelo afastamento, bem como a daqueles que os acompanham, sujeitos a despesas indispensáveis e frequentemente inoportáveis para os respectivos orçamentos familiares, com a agravante de muitas vezes, uns e outros, estarem ainda a perder os respectivos salários.

Hoje a situação financeira da Região, como resultou da discussão ao longo destes três dias, é bem melhor do que aquela que se verificava quando se procedeu às anteriores revisões, nomeadamente a última, em 2004.

Hoje mesmo fizemos entrega de um Projecto de Resolução no sentido deste Parlamento aprovar uma recomendação ao Governo Regional, para que proceda à actualização das comparticipações com doentes e familiares deslocados, com um aumento que não seja inferior a 12% e que contemple também, com idêntica percentagem de aumento, a majoração aos doentes carenciados com rendimento líquido *per capita* inferior a 40% do salário mínimo nacional. Há razões objectivas que justificam a revisão, havendo condições para suportar o encargo financeiro resultante a favor dos que mais precisam, pelo que importa repor a justiça.

Porque o próprio Programa do Governo, aprovado por esta Assembleia, consagra o objectivo de “continuar a aperfeiçoar as normas reguladoras e os apoios financeiros à deslocação de doentes, para melhoria e facilitação do acesso equitativo aos cuidados de saúde”, cremos assim haver condições objectivas para que o nosso projecto possa vir a ser aprovado.

Outro assunto que preocupa o CDS/PP é o que tem a ver com o montante do complemento regional de pensão, que foi criado designadamente para atenuar a diferença do nível do custo de vida nos Açores em relação ao continente, designadamente os derivados dos custos da insularidade, diminuindo as desigualdades resultantes do baixo nível das pensões auferidas por uma faixa significativa de população.

Efectivamente o Governo Regional, nos termos da legislação em vigor, é quem fixa o valor do complemento da pensão e quando ouviu o Conselho Regional de Concertação Social, apenas manifestou a intenção de um aumento de 2,5%. Considerando o valor da inflação e a sucessiva perda do poder de compra dos pensionistas, consideramos que é indispensável que o Governo Regional reveja a sua posição inicial e assuma aqui o compromisso de um acréscimo de mais 1% para 2007, atingindo assim um aumento de 3,5%, coincidente aliás com aquele que se verificou para o ano corrente.

Consideramos que este esforço financeiro, a favor dos mais desfavorecidos, é uma medida de justiça social indispensável.

O CDS/PP considera que a posição do Governo Regional, nas matérias antes referidas, é essencial para que se possa fazer um juízo concreto sobre a postura do executivo relativamente à distribuição dos recursos e à resposta social aos mais necessitados, a qual não deixaremos de ter em conta.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

CDS / Partido Popular

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhores Membros do Governo

Não entramos para este debate com a posição tomada sobre o nosso sentido de voto. E só a tomaremos, definitivamente, depois de terminado o debate. Para nós o Parlamento é aqui e por isso a discussão se justifica e tem de contribuir para a decisão final.

Ao longo do debate debitarão-se números e cálculos matemáticos, mas nem a ciência exacta levou ao entendimento entre os contendores! E os açorianos não comem números. O que ao CDS/PP preocupa, é se a abundância de meios que o Governo propala, puder redundar em laxismo. Conforta-nos contudo a convicção e desta feita uma maior contenção que vimos da parte de muitos dos que serão decisivos para o sucesso da execução deste Plano e para o cumprimento deste Orçamento.

Não ficamos insensíveis e registamos o respeito que os governantes geralmente demonstraram perante as nossas críticas e a abertura de alguns Secretários Regionais às nossas sugestões, que sendo de oposição, procuraram ter sempre, umas e outras, um sentido de responsabilidade e cooperação institucional que entendemos devida para com um Governo que sendo da Região, deve ser de todos.

Cada oposição, como cada governo, têm o seu estilo. Fomos como somos. Como entendemos que devemos ser ao serviço do Povo, certos de que é assim, com coragem e com frontalidade, mas com verdade e responsabilidade, que mereceremos a confiança de um número crescente de Açorianos.

O Líder Parlamentar,

Artur Lima